

Ausência de Deus e sentimento de culpa em Memória Póstumas

*Luis Carlos Cancellier de
Olivo*

Considerações iniciais

O objetivo deste trabalho, no campo de estudos da teopoética, é a identificação nos escritos de Machado de Assis, em especial no romance *Memórias póstumas de Brás Cubas*, de um possível confronto entre a moral de seus personagens e alguns dos dogmas que constituem a base da fé católica, entre eles o pecado, a culpa, o sofrimento e o perdão.

A teopoética, cuja pesquisa está voltada para os estudos literários sobre Deus (KUSCHEL:1999, p.40), possibilita também a abertura para outras abordagens, como aquelas que buscam o diálogo interdisciplinar possível entre teologia e literatura.

Do conjunto de temas que envolvem a teopoética, constituem objeto do presente trabalho os que tratam do discurso autoral sobre Deus na literatura e a relação entre a literatura contemporânea e a crise existencial da consciência moderna (FERRAZ: 2005, p.15).

Embora seja discutível (MANZATTO: 1994, p. 13-14) a distinção entre teologia e literatura – a primeira enquanto ciência e a segunda como arte/diversão - reconhece-se que elas interligam-se em várias ocasiões, como nos níveis culturais e antropológicos.

Assim, importa saber de que forma se trava o diálogo de Machado de Assis, cristalizado por meio de seus textos, com a teologia. Ou, antes, verificar se ao invés de um diálogo há uma tensão entre o comportamento moral dos personagens e os ensinamentos religiosos, que se encontram indicados nas escrituras bíblicas, notadamente expressos nos *dez mandamentos* e no rol dos *pecados*

capitais.

No campo da teoria literária, trata-se de estudar a estrutura e a forma narrativa utilizadas por Machado para dar verossimilhança à sua obra ficcional, e verificar se a descrença em um ser superior ou ausência de fé religiosa – como é característico dos personagens - torna a estória contada pelo autor menos bela ou original do ponto de vista literário, ou seja, se efetivamente a obra não atinge “a finalidade última da arte na acepção mais elevada do termo”. (BRESSANE:1939, p.6)

A escolha de temas tão caros ao catolicismo, por envolverem questões de fé, justifica-se pela preocupação demonstrada pelo papa Bento XVI, quando ainda cardeal, durante o *meeting* de Rímíni, em 1990. Disse ele: “O núcleo da crise espiritual de nossa época tem suas raízes no obscurecimento acerca das questões da graça do perdão” (HATZINGER:1992, p.83).

É do mesmo cardeal a advertência para o perigo que representa a psicanálise, que ao fornecer novas possibilidades de interpretação do desejo, “retira” do homem sentimentos fundamentais, como o da culpa. Necessária, portanto, na avaliação das relações entre teologia e literatura, considerar a possibilidade de inclusão desta área de conhecimento¹, sem o que a teopoética – ao menos no que se refere à análise literária do pecado ou do perdão - não consegue dar conta de sua pretensão científica.

Embora o catolicismo negue a pecha de religião mítica, assim como também o fazem o judaísmo e o islamismo, sob a fundamentação de que seus ensinamentos possuem base histórica, ao longo dos tempos o mito foi uma presença constante na vida dos seres humanos (ALCARAZ:2005, p. 42).

Neste sentido a religião, a arte e a ciência são diferentes modos de sublimação do desejo (FREITAS:2001,p. 40) e a construção do mito configura-se como parte essencial de seu processo de validação e de enraizamento no imaginário social, passando a se constituir como paradigma de determinadas verdades, reveladas, aceitas ou provadas.²

É levando em conta tais questões de teologia, literatura e psicanálise, que este trabalho se propõe a verificar as condições de atuação dos personagens machadianos, com ênfase para o comportamento moral predominante à época dos acontecimen-

1 Neste estudo considera-se a teoria psicanalítica fundada por Sigmund Freud (1856-1939) que identifica o desejo como um sentimento “indissoluvelmente ligado a traços mnésicos e encontra sua realização na reprodução alucinatória das percepções”. Comumente identificamos a noção de desejo com necessidade e vontade. Freud tenta criar uma noção que isole tal termo – ao menos no que se refere à psicanálise – e parte do contraponto em relação a necessidade. Segundo ele “a necessidade, nascida de um estado de tensão interna, encontra a sua satisfação pela ação específica que fornece o objeto adequado”. Freud vai desenvolver o conceito principalmente na sua teoria do sonho e mostrar como o desejo aparece sob o sintoma do compromisso. Estas observações têm por finalidade apenas lançar uma luz – certamente pálida – sobre termos utilizados da mesma maneira para expressar idéias distintas. Quando o Cardeal afirma que a teoria psicanalítica “retira” do homem sentimentos fundamentais como a culpa, evidentemente desconsidera que a mesma teoria trabalha essa culpa ao limite do suportável, fazendo simplesmente que o homem aprenda – ou tente aprender – a conviver com esse fardo. Machado, num pas-de-deux transcendental com o pai da psicanálise, apenas faz mostrar que essa convivência em nada será atenuada por mil *Pai-nossos* ou mil *Ave-Marias*. Ver mais em: LAPLANCHE, Jean. *Vocabulário de psicanálise*/ Laplanche e Pontalis; sob a direção de Daniel Lagache; trad. Pedro Tamen. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, em especial p. 115.

2 ZABARENKO, Deborah. *Science escolhe teoria da evolução como fato científico de 2005*. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/reuters/2005/12/22/ult729u53001.htm>>. Acesso em: 22 dez.2005. A revista norte-americana *Science* proclamou a teoria da evolução das espécies como fato científico de 2005. A teoria publicada em 1859 por Charles Darwin, em *A Origem das Espécies*, é contestada pela igreja católica, que defende o “criacionismo” - a crença de que deus criou o mundo, tal qual narra o Gênesis. Uma nova variante desta crença é o denominado “design inteligente”, segundo o qual alguns aspectos da natureza são complexos demais para não serem obra de um criador, e não um resultado aleatório da seleção natural, como explicava Darwin.

tos ficcionais relatados.

Teologia do perdão aos pecadores

Antes de adentrar o objeto deste estudo, é necessário frisar que na obra ficcional de Machado de Assis as referências aos aspectos religiosos são constantes, seja envolvendo questões institucionais da igreja, passagens bíblicas, recordações sobre ritos e rituais ou mesmo diálogos imaginários entre deus e o diabo. Na medida em que tratam de textos ficcionais, ultrapassam a realidade histórica-social e o caráter biográfico do autor. Sob a ótica literária, procuram anunciar uma “verdade inédita” e “uma compreensão singular do ser humano” (WILLEMART:2002, p.30).

Diferem, portanto, de passagens bíblicas, que se pretendem textos históricos, embora estes frequentemente utilizem de recursos estilísticos próprios da literatura, como a analogia, a metáfora, a alegoria ou a parábola, muitas vezes em situações possíveis apenas no contexto do realismo mágico ou fantástico, como acontece em cada oportunidade em que é relatado um milagre.

Da mesma forma tais textos distinguem-se dos escritos teológicos – que se pretendem científicos - como os reunidos pelo cardeal Ratzinger no volume editado em 1992, aqui utilizado como referência inicial para posicionar o estado da arte do debate sobre fé, pecado e perdão.

Embora de natureza distintas, são escrituras que transmitem noções e valores fundamentais com objetivos diversos, mas que quando estudados em conjunto fornecem as informações necessárias para a realização da pesquisa teopoética desejada. Logo, levando-se em conta a posição privilegiada que ocupa para a hierarquia católica a posição do papa, ou seja, do representante divino na terra, considera-se sua palavra como, efetivamente, a expressão da vontade de Deus e de Jesus Cristo, tido como seu filho.³

Então disse o cardeal aos seus discípulos:

A atual discussão sobre moral tende, em grande parte, a libertar o homem da culpa, fazendo com que as condições de sua possibilidade jamais possam existir. [...] Esta maneira de libertar o mundo é demasiadamente banal. [...] A moral só conserva sua serenidade quando existe o perdão. [...] Mas só existe o verdadeiro perdão se se pagou um “preço”, um valor correspondente, se houve desagravo pela culpa, se existe expiação. Não se pode romper o entrelaçamento que existe entre moral, perdão e expiação; se faltar um dos elementos, todo o resto cai por terra. Este círculo sempre só existe como um todo; depende dele a salvação ou não salvação do homem (HATZINGER:1992,p.83-84).

E citando A. Gorres fez o cardeal uma crítica pontual a Sigmund Freud, que

3 Cf. o Evangelho de Mateus, Cristo teria dito para Pedro: “Tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja e te darei as chaves do Reino dos Céus”. Desta forma, Cristo tornou-se o príncipe dos apóstolos e o chefe da igreja na terra. A cada geração a dignidade foi sendo transferida aos papas, na qualidade de sucessores de Cristos. Ver mais em: DUFFY, Eamon. *Santos e pecadores: história dos papas*. Trad. Luiz Antônio Araújo. São Paulo: Cosac & Naify, 1998.

com suas descobertas psicanalíticas do início do século passado, teria eliminado o pecado e a culpa do mundo espiritual, ou seja, retirando arbitrariamente da moral um dos seus elementos fundantes. Esta moderna ciência, que privilegia a razão, não levaria mais em conta que o sentimento de culpa não só é necessário como também e principalmente indispensável na ordem psíquica para a saúde espiritual (HATZINGER: 1992, p.87)

Numa palavra, o papa revela o temor de que o divã tome o lugar do confessor: se não há mais necessidade de um padre para receber a confissão dos pecadores, se não há mais alguém para punir a culpa, se não há mais o intermediário entre o divino e o terreno, coloca-se em risco a pedra de toque da religião, qual seja, a salvação pela fé que conduz à morada eterna, ao céu, ao paraíso.

Que pecados são estes de que fala o papa, para os quais exclusivamente os padres da igreja estariam habilitados a fornecer o perdão? São aqueles reconhecidos pela história do catolicismo e reafirmados no *Novo catecismo da igreja católica* (AGNUS DEI: 1997, parte 2) e popularizados como os *Dez mandamentos*. Tais obrigações, de acordo com o cânone católico, formam uma unidade orgânica, na qual cada mandamento remete a todo o conjunto. Assim, a transgressão de uma única ordem significa infringir todo o código.

São os seguintes os mandamentos, que obrigam os crentes católicos à obediência, sob pena de cometimento de gravíssimo pecado:

1) "Amarás ao Senhor teu Deus de todo o coração, de toda a alma e de todo o entendimento"; 2) "Não pronunciarás em vão o nome do Senhor teu Deus"; 3) "Lembrar-te-ás do dia do sábado para santificá-lo" (substituído pelo domingo); 4) "Honrarás teu pai e tua mãe"; 5) "Não matarás"; 6) "Não cometerás adultério"; 6) "Não roubarás"; 8) "Não prestarás falso testemunho contra teu próximo"; 9) "Não cobiçarás a mulher do teu próximo" e, por fim, 10) "Não cobiçarás coisa alguma que pertença a teu próximo".

Além destes, a igreja católica, desde o século IV, com S. Gregório Magno e S. João Cassiano, definiu a existência de outros sete pecados, que se não mortais como os anteriores, são igualmente graves e por isso entendidos como capitais, ou seja, de *capita* = cabeça, isto é, o pecado que é a cabeça, é o pecado que leva a outros pecados, outros vícios (MANOEL DA SILVA: 2005).

Para a igreja católica de Roma, são estes os sete pecados capitais:

1) "Orgulho ou soberba"; 2) "Avareza"; 3) "Inveja"; 4) "Ira"; 5) "Luxúria ou Impureza"; 6) "Gula" e, por fim, 7) "Preguiça".

O pecado, o sofrimento e o perdão, etapas da moral a que se refere a cardeal Ratzinger, encontram-se descritos na própria Bíblia em três passagens tidas como paradigmáticas da fé católica.

O pecado primeiro, o original, que afastou o homem do paraíso e o desnudou perante a realidade, foi o cometido por Eva, nos primórdios dos tempos bíblicos, ao comer a maçã oferecida pela serpente (GÊNESIS, 3:6). Na seqüência, o episódio do assassinato de Abel por seu irmão Caim mostra um pecado tão grave (inveja), já seqüência do pecado original (GÊNESIS, 4:8).

A segunda passagem, contada pelos escritores da Bíblia, alia a culpa ao sofrimento e encontra-se no evento do dilúvio, no qual Deus, ao perceber que "crescia a maldade do homem e que toda a sua atitude era sempre perversa", resolve eliminar da superfície da terra tudo o que havia criado. Salvou apenas a família de Noé e um casal de cada animal vivente.

O terceiro episódio refere-se ao perdão, e pode ser encontrado tanto na parábola do filho pródigo (LUCAS, 15:11 a 32) quanto da ovelha desgarrada (MATEUS, 18, 12). Em todos os casos deus é apresentado como um ser rigoroso e vingativo, mas que sabe perdoar os pecadores por meio da misericórdia.

É, em resumo, esta atitude que o cardeal Ratzinger pede dos padres católicos. Mas para que haja o perdão é necessária a anterior culpa. Sem estes elementos, desnecessária a presença da igreja e dos seus servidores. Explicado estão, o risco que representa a falta de fé, a razão, o livre arbítrio, a tomada de consciência individual, a descoberta da existência da psique.

Fé como requisito da criação artística

A crítica literária machadiana pode ser agrupada, em síntese apertada, ao menos em três grandes áreas: a) a que lhe recusa qualidade literária, por não identificar no autor o relato dos grandes dramas do povo brasileiro, ou a cor local, tais como a escravidão ou a monarquia; b) a que lhe impinge o rótulo de romancista das grandes causas dos setores agrários e burgueses; c) a que atribui ao escritor a condição de cânone literário única e exclusivamente em função dos interesses do mercado editorial. Para os primeiros, Machado seria um autor alienado (ROMERO:1897, p.50); para os segundos um romancista burguês (BRANDÃO: 1958, p. 40) e para os terceiros apenas um fenômeno de vendas (KOTHE: 2000, p. 95).

Ao contrário do que ocorre no plano internacional, onde o tema tem merecido a atenção de teólogos e literatos (MANZATTO: 1994, p. 14), ainda não se consolidou na tradição da crítica brasileira uma área de estudos voltada especificamente para a questão religiosa do ponto de vista literário.

Mais recentemente Douglas Conceição (2004, p. 92) procura demonstrar que Machado, ao escrever *D. Casmurro*, dividiu a trajetória de Bento Santiago em duas fases: a primeira, ordenada, pois que prometido à igreja de Deus pela vontade de sua mãe. É o mundo das garantias; a segunda, caótica, a partir do momento em que decide abandonar o seminário, matar Deus e desistir da carreira religiosa em troca do casamento com Capitu. É a realidade insuportável.

A plausibilidade de tal versão, embora original, pode ser questionada se for levada em conta a falta de seriedade com que Bentinho encara as promessas feitas a deus. Machado escolhe para o relato de *Mil padre-nossos e mil ave-marias* uma linguagem nitidamente comercial: “soma enorme”, “favores”, “quantia”, “pagar a dívida antiga”, “adiava a paga”, “perdi-me nas contas”.

D. Casmurro, filho mimado de fazendeiro rico criado pela mãe, que ao contrário de Brás Cubas não conheceu prostitutas na juventude; foi marido ciumento, inseguro e paranóico e, ao final, sempre teve à disposição os favores do dinheiro e da lei. Sua relação com deus não era diferente: prometia, não cumpria, e rolava a dívida. Nunca pagou, nem o principal nem os juros. Mas esta questão não está diretamente afeta ao objeto do presente trabalho, e por isso não será mais detalhadamente examinada. Nada impede, porém, que seja debatida em outra oportunidade.

Já o texto *O aspecto religioso na obra de Machado de Assis* (BRESSANE:1939, p.6) sustenta uma hipótese que é central nos estudos teopoéticos, qual seja, a de que a

fé em Cristo é uma condição *a priori* da verdadeira criação artística literária.

A descrença de Machado em um ser superior reflete-se como um espelho em sua obra que, se não pode ser considerada anticlerical, é fortemente influenciada por concepções filosóficas pessimistas, negativistas, agnósticas, niilistas ou céticas.

D. Hugo Bressane supõe que a “deficiente” formação religiosa de Machado de Assis é a responsável direta pelo seu ceticismo e que este, desconsiderando a importância do sofrimento, do pecado e do perdão, estaria na raiz de sua literatura pouco reveladora da alma humana (CHACON:1980, p.226).

A crítica machadiana, entretanto, tem mostrado que o romancista não só se revela um profundo conhecedor dos textos bíblicos e religiosos, como também ampara a descrença em soluções sobrenaturais em fundamentadas convicções filosóficas, que passam por Pascal, Renan, Montaigne e Shopenhauer (COUTINHO: 1959, p. 62).

Para o crítico religioso, por ser Machado um “coração de pedra que jamais gotejou lágrimas [...] diamante a coar um sol frio”, faltou-lhe “uma das fontes máximas de inspiração do belo artístico” (BRESSANE:1939, p. 5-6).

A fonte máxima da inspiração, capaz de produzir o belo artístico, estaria na dor, no sofrimento, na culpa, no perdão, nos sentimentos inculcados pela fé católica (e por todas as demais religiões) ao homem. Sem esta dor – a mesma dor que Cristo teria sofrido na cruz – como pode um ser humano saber o que se passa na *alma* de uma pessoa? Como pode ter uma compreensão verdadeira do indivíduo? Como pode ter a pretensão de produzir um belo texto literário?

Ainda conforme o crítico, o que atrai em Machado é tão somente “o aticismo⁴ castiço do estilo, a anatomia impassível de paixões burguesas”. Aquilo que para Bressane é uma falha, a crítica literária aponta como umas das principais características da beleza do texto machadiano, ou seja, a capacidade da concisão, do poder de síntese, da descrição precisa e objetiva das situações ou de personagens. É o “lápiz do caricaturista que desenha homens com uma precisão impressionante e atinge o ponto central das mais ocultas deformidades” (MOOG: 1964, p. 30).

O mesmo viés do crítico católico é adotado pelo militante comunista Octávio Brandão (1958, p. 16) quando salienta que a burguesia brasileira não se enganou em seu instinto de classe e elegeu Machado como seu tipo representativo na literatura, dado o seu comportamento: vacilações, contradições, burocratismo no ganha-pão, psicologismo burguês, comodismo, carreirismo, gravidade e ‘respeitabilidade’ na vida social (BRANDÃO:1958, p. 24).

Os estudos de Astrojildo Pereira, Silvano Santiago, Roberto Schwarz e John Gledson, entretanto, mostram um Machado fiel relator das contradições da sociedade brasileira do século XIX, cuja ideologia liberal escondia uma realidade baseada em relações escravocratas e de favores (SCHWARZ: 1999, p. 107/228).

Bressane diz ainda que o cético Machado não sentiu os nobres ideais católicos “que em nossos dogmas nobilitantes e confortadores têm um manancial inesgotável” (1939, p. 6). O resultado é que o escritor “não vibrou e por isso não faz vibrar”. Tais ideais estão baseados na fé em Cristo, na remissão dos pecados, na vida eterna. São estas

⁴ Aticismo: “Estilística, retórica. Estilo próprio aos escritores áticos e que se caracterizou pela concisão da linguagem”. Cf. HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

as fontes inesgotáveis da sabedoria e que somente os crentes podem assimilar e transpor para a experiência literária.

Do contrário, a obra literária não atinge a sua plenitude, por deficiência de seu autor ou por falta de conhecimentos religiosos que ele demonstra. É o que ocorre com os livros de Machado, que “entretêm, mas não elevam, ensinam a língua, mas não tornam mais homens, não atingem a finalidade última da arte na acepção mais elevada do termo” (BRESSANE: 1939, p. 6).

Em resumo:

É de se lamentar que *Memórias Póstumas de Brás Cubas* sejam refertas de cruas minúcias pecaminosas e que com *Quincas Borba* e *Dom Casmurro* formem uma trilogia indefinível, merencóreo poema cujo refrão tenebroso é a fatídica palavra insculpida pelo esqueleto que Goya faz surgir do sono sepulcral: ‘Nada’. [...] Os livros de Machado de Assis resumem gélido pessimismo nascido, em parte, da impossibilidade de desvendar os mistérios que o cercam, o que já é mais uma angústia para o espírito atribulado. (BRESSANE: 1939, p. 50).

O crítico católico estaria a exigir de Machado uma literatura cristã que reverenciasse e homenageasse Deus e a sua igreja, que fizesse voto de louvor à fé e à ressurreição. Esta seria a verdadeira, a boa literatura. Mas o romancista brasileiro pratica singelamente a literatura pagã ou secular que não se preocupa diretamente com as coisas da religião. Chega mesmo a desprezá-la ou, simplesmente, a ignorá-la (MANZATTO: 1994, p. 7).

Os personagens de Machado não debatem a existência ou presença de deus, não porque estejam convencidos, assim como está Latapí Sarre, de que deus está entre eles, manifesto em tudo de bom e generoso que os rodeia (SARRE, 2001); o que ocorre é que a “presença/ausência” deus não é determinante para o curso de suas trajetórias.

Se há um entrelaçamento entre literatura e teologia, e é isto que a teopoética busca demonstrar, ele pode ser localizado na existência dos temas teológicos nos textos literários. Isto é, deus, fé, igreja, pecado, sofrimento, culpa e perdão - temas fundamentais da teologia - estão presentes na escritura pagã. É isto que a teologia oferece à literatura, e o escritor, por sua vez, trata tais temas de forma positiva ou negativa ou ainda como um absurdo, mas eles estão presentes em sua obra (MANZATTO: 1994, p. 66).

É possível exigir engajamento apenas daqueles literatos que efetivamente acreditam na existência de um personagem chamado Jesus. Tais autores, antigos ou modernos, tratam o tema sempre de forma positiva e apologética. Podem fazer boa ou má literatura. Do escritor pagão não se pode exigir este compromisso de fé. Pode-se, apenas, avaliar se a sua narrativa constitui-se em boa ou má literatura, escreva ou não sobre temas relacionados com a teologia ou religião.

O que se pretende demonstrar a seguir é que Machado, utilizando-se de temas comuns da teologia, faz boa literatura, ainda que, pessoalmente, não fosse um crente, e mesmo que seus personagens agissem em sentido contrário à moral católica e permanecessem em permanente estado de pecado.

O estudo de caso não se faz a partir da vida do autor, mas de uma obra sua em particular, *Memórias póstumas de Brás Cubas*. O método adotado é o recomendado pelo próprio Machado quando diz, pela narrativa de Brás, que “a obra em si mesma é tudo”.

Homens (e mulheres) de pouca fé

Logo no primeiro capítulo de *Memórias póstumas*, ao tratar do óbito do autor, Brás recorda que tanto nas *Memórias* quanto no *Pentateuco*, os autores contam a sua morte. A diferença entre elas é que Moisés a colocou não no intróito, mas ao final. Brás se compara a Moisés e seu relato ao antigo livro das leis. Fossem outros os tempos, Machado e seu livro estariam ardendo, não no fogo fictício do inferno, mas nas chamas quentes das fogueiras da inquisição católica, pelo cometimento dos crimes de soberba e heresia.

Mas, mais do que soberba, é possível considerar que o paralelo com as Escrituras tem como intenção a banalização do livro sagrado e revela uma “satisfação maligna de rebaixar e vexar, de anunciar que os deslantes do narrador não vão se deter diante de nada, que não ficará pedra sobre pedra (SCHWARZ:2000, p.21).

Brás morre de uma idéia fixa: inventar um remédio que aliviasse a melancólica humanidade. Para conseguir a patente, usa em falso o nome do filho de deus. O resultado pretendido era “verdadeiramente cristão”. Na intimidade confessa: pretendia mesmo era o lucro e a fama. Esta a verdadeira idéia fixa, por ele assimilada desde a juventude, quando seu pai lhe ensinou: “Teme a obscuridade, Brás; foge do que é ínfimo. Olha que os homens valem por diferentes modos, e que o mais seguro de todos é valer pela opinião dos outros homens”.

A morte é decorrência de um fato da natureza. A idéia fixa de Brás é uma invenção farmacêutica, mas também pode ser um estudo sobre uma instituição política ou a elaboração de uma reforma religiosa. A natureza, para Machado, tem a forma de uma corrente de ar, capaz de vencer a eficácia do cálculo humano. Não há intervenção divina (como quando Deus entregou a Moisés os dez mandamentos); não há inspiração do espírito santo (como quando os cardeais elege o papa). Há cálculo humano.

A melancólica humanidade que o emplasto de Brás pretende desfazer tem uma razão objetiva. Machado não a chama de inveja, mas diz que há nela “uma gota da baba de Caim”. De acordo com o relato bíblico, o filho de Adão matou o irmão por inveja da preferência demonstrada por deus a Abel.

Quando delira, Brás assume a forma de um livro. Poderia ser uma metáfora histórica, que traduzisse a importância do livro como sinônimo de conhecimento, sabedoria ou ilustração. Mas, ao contrário, o livro no qual Brás se consubstancia é opressor e imobiliza seu corpo, idêntico a um fenômeno que a medicina moderna identificou como *paralisia do sono*.⁵ O livro é a *Suma Teológica*, de S. Tomás.

Percebe-se, por estas construções iniciais, que Machado já moldou a moral de seu personagem defunto, e tal moral não é a piedosa cristã, a religiosa católica, a humanista dos padres da igreja. Brás vai relatar suas memórias deixando sempre evidente

5 “As alucinações relacionadas ao sono e a *paralisia do sono* podem ocorrer simultaneamente, produzindo uma experiência, em geral terrível, de ver ou ouvir coisas incomuns e ser incapaz de se mover. Tanto as alucinações relacionadas ao sono quanto a *paralisia do sono* duram de alguns segundos a alguns minutos e terminam espontaneamente. Ambos os fenômenos (imagens mentais vívidas e atonia dos músculos esqueléticos) supostamente resultam da intrusão de elementos dissociados do sono REM na vigília”. Ver mais em: **PSIQWEB**. *Transtornos primários do sono*. Disponível em: <<http://www.psiqweb.med.br/dsm/sono2.html>>. Acesso em: 10 jan. 2006.

que o seu interesse pessoal sobrepõe-se a qualquer outro, que as pessoas que existem no mundo aí estão apenas para lhe servir e que o que conta, ao final, é estar em primeiro lugar entre os homens, acima da ciência e da riqueza, embora geralmente este objetivo não se consume.

A presença de um padre (ou uma promessa, como em *D.Casmurro*) entre os filhos da família oitocentista era comum. Quando do nascimento de Brás, o seu tio, padre Ildefonso, prognostica que o menino será cônego ou bispo. O tio cônego fareja no sobrinho não uma vocação, mas uma carreira (FAORO:2001,p. 498)

Na memória de Brás, pouca coisa há sobre o seu batizado, salvo que foi uma grande festa, em um dia “luminoso e puro”.

As orações que sua mãe lhe ensina são inúteis ao “menino diabo” que, com o perdão do pai, ora quebra a cabeça de uma escrava, ora faz de besta o negrinho Prudêncio. Dá mais ouvido às estórias eróticas contadas por seu tio João do que à austeridade do tio cônego, este um “espírito medíocre” e subalterno, preocupado tão somente com o lado externo da igreja: a hierarquia, as sobrepelizes, as circunflexões, o ritual. À noite arrepende-se dos pecados, pede perdão a deus, mas na manhã seguinte volta a fazer uma maldade qualquer, como a delação do beijo dado por Vilaça em Eusébia, escondidos em uma moita.

Adolescente, com dezessete anos, encontra e apaixona-se por Marcela, “luxuosa, impaciente, amiga de dinheiro e de rapazes”: uma mulher de “partido”, uma cortesã. Brás compara sua paixão por Marcela ao efeito do primeiro sol na criação bíblica. Quinze meses e onze contos de réis depois, o pai de Brás encerra o namoro e envia rapaz para Coimbra, de onde retornará formado em direito.

Antes de desembarcar em Lisboa, Brás imagina seu futuro e esquece Marcela: poderia ser naturalista, literato, arqueólogo, banqueiro ou político. Poderia também ser bispo, desde que este cargo lhe trouxesse uma preeminência, uma grande reputação, uma posição superior qualquer. A carreira sobrepõe-se à fé.

Depois de formado, Brás parte de Coimbra para a Lisboa. No caminho o jumento que o leva empaca, esperneia e só não o lança ao chão porque um almocreve⁶ domina o animal. Evitado o desastre que poderia ter resultado em morte, Brás resolve dar ao almocreve três moedas de ouro; depois considera a gratificação excessiva e resolve dar apenas duas moedas de ouro. Talvez uma. Olha o “pobre diabo mal-vestido” e, ainda hesitando, lhe dá apenas uma moeda de prata. Mais tarde, refletindo sobre o caso, teve remorsos e avaliou que deveria ter dado apenas uns vinténs de cobre, já que não vira mérito algum no ato do seu salvador.

O sentimento de remorso não significa o arrependimento por um mal cometido. Antes disso, é pela sensação de ter desperdiçado seu próprio dinheiro por uma causa que não merecia tal esforço.

A morte da “santa” mãe traz o recém-bacharel em direito de volta ao Brasil e pela primeira vez ele pensa no quanto a sua vida tinha sido até então “trivial e presunçosa”. O defunto autor expõe e realça toda a sua mediocridade. Faz isso com “sinceridade”, pois na morte há liberdade, “já não há vizinhos, nem amigos, nem inimigos, nem conhecidos, nem estranhos; não há platéia”. Do outro lado, na morte (inferno, purgatório

⁶ Almocreve: “Indivíduo que tem por ofício conduzir bestas de carga; arrocheiro, recoveiro”. Cf. HOUAISS, op. cit.

ou paraíso) não há nada.

Na chácara da Tijuca, para onde se retirara após a morte da mãe, Brás conhece Eugênia, filha de Vilaça e Eusébia, a flor da moita. Abandona a bonita moça quando descobre que ela é coxa de nascença. O sentimento de piedade cede ao terror de desposá-la.

Deixa a Tijuca e volta para a corte, após ouvir uma misteriosa voz que lhe susurrrou as palavras da Escritura (At, IX, 7): “Levanta-te e entra na cidade”.⁷ Se para Paulo na cidade estava o caminho da salvação, para Brás a cidade representa a realização de suas esperanças: um casamento, uma cadeira na Câmara dos deputados, a fama e o reconhecimento público. O casamento com Virgínia, filha do Conselheiro Dutra, tornaria apenas mais rápida a sua trajetória política.

A primeira impressão que Brás tem de Virgínia: uma menina de dezesseis anos, a “mais atrevida criatura de nossa raça e com certeza a mais voluntariosa”. Além destes predicados, era “faceira, ignorante, pueril, cheia de uns ímpetos misteriosos; muita preguiça e alguma devoção”. Foi o seu primeiro grande pecado. Ele não considerou o envolvimento com Marcela um pecado, pois era “natural” que um homem frequentasse casas não tão castas.

Quando caminha pela rua dos Ourives, Brás deixa cair o vidro do relógio e entra em uma pequena loja de consertos. A mulher que o atende é Marcela, agora com o rosto amarelo, marcado com as bexigas da varíola. Brás não a reconhece logo, mas ela sim. Ele sente-se incomodado com a situação e quer logo sair da loja.

Um vizinho entra na loja com a menina Maricota e conta a Marcela que na noite anterior, ao invés de oferecer a Nossa Senhora o *padre-nosso* e a *ave-maria* que a mãe lhe ensinava, a menina pediu ao pai para oferecê-los a santa Marcela. Brás suspeitou que a menina fosse filha de Marcela.

Na visão do filho Brás, sua mãe era uma “santa”; para a menina, que poderia ser filha de Marcela, esta era também uma “santa”. O discurso de Machado, expresso por meio do protagonista Brás Cubas, “nada mais é do que uma denegação da sensualidade materna. Dividindo o objeto do desejo, a imagem materna fica preservada do inaceitável desejo, e ele pode deslocá-lo para mulheres, podendo desejá-las de forma ardorosa e sem limites” (FREITAS: 2001, p. 106).

Brás sai apressado da loja querendo deixar o passado para trás. Em breve o casamento com Virgínia também seria coisa do passado, pois ela casa-se com Lobo Neves. No caminho da cidade, no casamento com Virgínia, Brás não encontrou a redenção, a luz celeste, assim como ocorrera com Paulo. Encontrará mais tarde na Virgínia amante. Antes, porém, desenvolve uma singular teoria.

Para os que acreditam em deus, é possível conversar com ele (ou com Cristo ou com os santos) por meio da oração, da penitência. Com fé chega-se à morada de deus, ao paraíso celeste. Já para Brás, este fim último pode ser obtido com um caminho

7 Saulo foi o nome de batismo do apóstolo Paulo. Ele entrou na história a partir do relato de sua conversão: ele havia recebido autorização do sumo sacerdote, em Jerusalém, que era a maior autoridade religiosa entre os judeus, para prender e torturar os cristãos que se encontravam em Damasco. Quando ele se aproximava da cidade, “uma luz do céu brilhou ao seu redor e, caindo por terra, ouviu uma voz que dizia: Saulo, Saulo, por que me persegues? Ele perguntou: Quem és tu, Senhor? E a resposta foi: Eu sou Jesus a quem tu persegues; mas levanta-te, e entra na cidade, onde te dirão o que te convém fazer”. Disponível em: <http://www.clai.org.ec/fabulas/portugues/e_saulo_caiu%20do%20cavalo.htm>. Acesso em: 11 jan.2006.

alternativo: é possível ver a luz celeste quando se fixa os olhos na ponta do nariz. A sensação é a mesma: “perde-se o sentimento das cousas externas, embeleza-se no invisível, aprende o impalpável, desvincula-se da Terra, dissolve-se, eteriza-se”. Para ele, essa sublimação do ser pela ponta do nariz é o fenômeno universal mais excelso do espírito.

Passados os anos, Brás reencontra “sua” Virgília e, em certa noite, após um baile, acha na rua uma moeda de ouro, uma meia dobra, e a põe no bolso. Envia em seguida uma carta ao chefe de polícia, remetendo-lhe o achado, para que o devolvesse ao verdadeiro dono. Com o gesto, Brás obteve o reconhecimento público. De outra feita, encontrou um embrulho no chão. Certificou-se de que não havia testemunhas, desfez o embrulho e contou cinco contos de réis. Ficou com eles, por entender que não era crime, nem desonra. O romance com Virgília - que contrariava as normas legais, morais e sociais - assim como o dinheiro achado - também não constituía nem em crime e nem desonra para Brás.

Virgília, casada com Lobo Neves, era um “diabrete angélico”, amante do out-rora “menino diabo”. Numa noite de insônia, distante dela, ele imagina o diálogo dos dois pensamentos, como o “velho diálogo de Adão e Eva”. Tal diálogo, reproduzido por Brás, é mudo e silencioso. Em outro momento, quando descobre Virgília grávida de um futuro filho seu (que não vai nascer), Brás trava com o embrião “o velho colóquio de Adão e Caim”, que se constitui, nas palavras do memorialista, numa “conversa sem palavras entre a vida e a vida, o mistério e o mistério”.

Se Brás acredita que Virgília amava-o por “vontade do Céu”, nem por isso deixava de relativizar as virtudes católicas da mulher: ela é apenas um “pouco religiosa” e prefere ir à igreja em dia de festa, mas só se encontrar algum lugar vago em uma tribuna. Quando pratica uma boa ação, visa simplesmente a um ganho material, como no caso do enfermo parente Viegas, de quem está interessada no testamento. Não é uma mulher que demonstre remorsos ou se deixe comover, como fica demonstrado no episódio em que nega para o marido as suspeitas de que o traía com Brás.

Para resguardar a segurança do romance, Brás adquire uma casa, que abre para os dois a expectativa de um mundo novo. Era ela um santuário, o infinito, um mundo eterno, superior, excepcional, em suma, uma “habitação dos anjos”, sem leis, sem instituições, um só mundo, “a unidade moral de todas as cousas”. Brás feriu os tabus matrimoniais, levado pelas determinações do mundo, sem vigilância moral e sem cuidados religiosos (FAORO:2001, p. 443).

Cuida da casa uma velha agregada, D.Plácida, filha natural de um sacristão da Sé. No começo sente-se constrangida com a situação de alcoviteira, mas depois de receber de Brás uma quantia em dinheiro - os cinco contos achados na rua - passa a rezar por ele, todas as noites, perante uma imagem da Virgem. Ao vê-la morrer, mais tarde, pobre em um hospital, Brás conclui que a única utilidade da vida de D. Plácida foi a de propiciar os encontros secretos dos dois amantes.

Apesar dos cuidados do casal clandestino, Lobo Neves recebe um bilhete anônimo que denuncia o adultério. Brás toma conhecimento do fato e, preocupado, faz uma refeição frugal. Sobre este episódio, o defunto autor recorda que Quincas Borba, o filósofo humanista, mostrou-lhe na oportunidade, que a frugalidade não era necessária para entender o humanismo. Esta doutrina era perfeitamente compatível com os prazeres da vida, inclusive a mesa. De acordo com o filósofo, a frugalidade indicaria certa tendência para o ascetismo, o que era “a expressão acabada de tolice humana”. Disse

isso citando o exemplo de S. João, que no deserto alimentava-se de gafanhotos, “em vez de engordar tranqüilamente na cidade, e fazer emagrecer o farisaísmo na sinagoga”.

O prazer à mesa Brás vai vivenciar pouco tempo depois, quando se separa definitivamente de Virgília. Após a despedida, ele vai até o restaurante do Hotel Pharoux, cujo cozinheiro preparava “acepipes deliciosos”. Exatamente naquele dia “parece que o diabo do homem” adivinhara o drama do casal; no preparo dos pratos, “jamais o engenho e a arte lhe foram tão propícios”. O que ficou guardado na memória do defunto autor é o prazer que a refeição lhe proporcionou: “Que requinte de temperos! que tenrura de carnes! que rebuscado de formas! Comia-se com a boca, com os olhos, com o nariz”.

A mesa farta opondo-se à frugalidade é apenas um aspecto da filosofia humanista. Ela também entende a inveja como uma virtude, um sentimento “tão sutil e tão nobre”. A inveja não é outra coisa que “uma admiração que luta, e sendo a luta a grande função do gênero humano, todos os sentimentos belicosos são os mais adequados à sua felicidade”.

A guerra, no mesmo sentido, se a princípio parece uma calamidade, não é senão “uma operação conveniente”. Da mesma forma a fome e a dor não são mais do que ilusões. Desgraça mesmo, para os seres humanos, só existe uma: é não nascer.

O humanismo, no futuro, de acordo com os planos do fundador, seria também uma religião, “a única verdadeira”, distinta do cristianismo, pois este “é bom para as mulheres e os mendigos”. As demais religiões têm o mesmo defeito do cristianismo: “orçam todas pela mesma vulgaridade ou fraqueza”.

Se por princípio a filosofia de Quincas Borba é adversa ao catolicismo, nem por isso o seu fundador deixa de buscar nas passagens bíblicas a metáfora para os acontecimentos do presente. Assim, quando a irmã de Brás impõe-lhe o casamento com Nhãloló, sobrinha de Cotrim, Quincas Borba exclama: “Compelle intrare”, sem deixar de provar que o apólogo evangélico “não era mais do que um prenúncio do humanismo, erradamente interpretado pelos padres”.⁸

A morte da filha de Damasceno, entretanto, interrompe os planos do casamento. Triste e abatido, sua vida parece estar arruinada. Diz que “a dor grande com que Deus o castigara fora ainda aumentada com a que lhe infligiram os homens”. Tudo isso porque dos oitenta convidados para o enterro, apenas doze comparecem ao cemitério. Damasceno sente menos o golpe da morte que o dos convidados que não foram ao enterro (FAORO:2001, p.465), pois a ausência representa desprestígio perante a opinião pública.

O cunhado Cotrim é o empresário capitalista da época: ficou rico contraban-

⁸ “*Compelle intrare*. Obriga-os a entrar. Expressão de Cristo (*São Lucas*, XIV, 23) referindo-se aos convidados para o festim. Aplica-se à insistência de alguém em procurar fazer outrem aceitar algo cujo valor desconhece”. Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/michaelis/expressoes.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2006. “Na parábola dos convidados para a ceia, o pai de família, depois de tomar conhecimento de que alguns dos que deveriam comparecer na festa se tinham desculpado com razões sem razão, ordena ao criado: vai pelos caminhos e ao longo dos cercados e força a vir - compelle intrare - aqueles que encontrares. Não é isto coação? Não é usar de violência contra a legítima liberdade de cada consciência? Se meditarmos o Evangelho e ponderarmos os ensinamentos de Jesus, não confundiremos essas ordens com a coação. Vede como Cristo insinua: se queres ser perfeito..., se alguém quer vir atrás de mim... Esse compelle intrare não representa violência física nem moral; refere-se à força do exemplo cristão, através do qual se revela a força de Deus. Vede como o Pai atrai: deleita ensinando; não impondo a necessidade. Assim atrai a Si”. Disponível em: <<http://beatojosemaria.no.sapo.pt/liberdade.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2006.

deando escravos e tornou-se fornecedor da Marinha (por influência de Brás quando deputado). Ao traçar um perfil do “verdadeiro Cotrim”, Brás justifica todas as suas ações. Certo é que ele mandava com frequência escravos ao calabouço “donde eles desciam a escorrer sangue”. Mas Cotrim só fazia isso com os “perversos e os fujões”. Era um “efeito das relações sociais”, um resquício do tempo em que contrabandeava. Não significava que esta fosse a “índole original” do cunhado. No íntimo, Cotrim não era bárbaro, e prova disso era o amor que tinha aos filhos.

Além do mais, exercia as funções de tesoureiro em uma confraria e pertencia a diversas irmandades. Se bem que o benefício que praticava – que deveria ser anônimo, conforme as regras destas sociedades – geralmente era tornado público pelas páginas dos jornais. Mas a justificativa de Cotrim para a publicidade era aceita por Brás: tratava-se tão somente de despertar a filantropia dos outros.

Brás também foi membro de uma Ordem Terceira, onde exerceu alguns cargos. A participação em tais entidades, mais do que o exercício da filantropia visava ao recebimento das recompensas, como o reconhecimento da opinião pública e a valorização do orgulho próprio. Brás tinha uma “excelente idéia” de si mesmo. Deixou a Ordem alguns anos depois, “enfadado do ofício”, consignando um donativo importante, que lhe deu direito ao retrato na sacristia.

Mesmo sendo deputado, membro de irmandades religiosas e dono de jornal, Brás não conseguiu realizar seu projeto de ser ministro de Estado. Sentiu muita irritação e inveja quando soube que Lobo Neves estava para ser nomeado ministro. O fato só não se consumou em virtude de sua morte, enquanto proferia um discurso da Câmara dos deputados. A morte do marido de Virgília trouxe a Brás “alguma tranqüilidade, alívio, e um ou dois minutos de prazer”. Mesmo assim Brás participou das cerimônias fúnebres, deixando cair a pá de cal sobre o caixão. Ali viu Virgília pela última vez, antes de reencontrá-la no seu próprio leito de morte.

Considerações finais

Do ponto de vista literário, o relato contido nas *Memórias póstumas* caracteriza com propriedade a estrutura da sociedade brasileira do século XIX. A forma escolhida por Machado para a narrativa - a volubilidade do narrador – corresponde à realidade histórica daquele período. Esta aproximação mimética entre ficção e realidade configura a redução estrutural pela qual o texto histórico transforma-se em texto literário (CÂNDIDO: 1993, p.33).

Tal volubilidade, ao lado do desrespeito a todas as normas constitui-se em padrão narrativo das *Memórias*. O comportamento de Brás Cubas “é um mecanismo narrativo em que está implicada uma problemática nacional” (SCHWARZ: 2000, p. 29-47), qual seja, a própria desfaçatez da classe dominante brasileira.

Brás é, neste sentido, uma figura típica que representa a classe dominante brasileira enquanto que o elenco de personagens que atuam no romance resume a sociedade nacional do século.

De acordo com SCHWARZ, Machado

elaborava um procedimento literário cuja constituição objetiva

punha a vida do espírito em coordenadas compatíveis com a realidade nacional, independentemente de convicções a respeito desta ou daquela doutrina. O fundamento da justiça histórica não está, no caso, em opiniões, mas na solução técnica que é o contexto delas. A justiça mimética passou a ser efeito do rigor construtivo (SCHWARZ: 2000, p.57).

Em especial no que se refere ao objeto deste estudo, constata-se no conjunto da atuação dos personagens que há um progressivo processo de decomposição da fé, há um mundo sem deus e sem pecado, isto porque “Deus não só está mudo, senão que se ausentou do destino dos homens” (FAORO:2001, p. 434)

Foi somente a partir da escritura de *Memórias póstumas* que Machado de Assis, na opinião de Raimundo Faoro, descobriu o seu caminho, a ele tendo chegado após a descoberta dos fundamentos metafísicos do mundo, o “demonismo da vontade que guia, sem meta e sem destino, todas as coisas e os fantoches de carne e sangue”. O pessimismo, neste contexto, deu o tempero necessário à fórmula, transformando qualitativamente a receita, fundindo a angústia no riso (2001, p. 439).

O protagonista das *Memórias* será, por isso mesmo, um personagem descarado até o cinismo, que não precisará mais poupar os outros nem a si, e utilizará o “poder terrorista” das palavras para devastar tudo: o indivíduo, a família, o amor e a amizade, a política a religião (BOSI:2003, p.130).

Tal efeito talvez só tenha atingido o ápice porque, segundo Freud, o “escritor suaviza o caráter de seus devaneios egoístas por meio de alterações e disfarces, e nos suborna com o prazer puramente formal, isto é, estético, que nos oferece na apresentação de suas fantasias. [...] e a verdadeira satisfação que usufruímos de uma obra literária procede de uma liberação de tensões em nossas mentes. Talvez até grande parte desse efeito seja devida à possibilidade que o escritor nos oferece de, dali em diante, nos deleitarmos como nossos próprios devaneios, sem auto-acusações ou vergonha” (FREUD:1976, p.110).

Em resumo, pode ser dito que na escritura de Machado não há espaço para qualquer sentimento de culpa quando os personagens transgridem as normas legais, sociais, culturais, morais ou religiosas. O autor “dá muito pouca relevância à questão da culpa – num reformador como ele, talvez quisesse chocar, dando às leitoras, na contestação à ordem estabelecida, à moral vigente, uma sensação de normalidade” (FREITAS:2001, p. 94).

Isto explicaria o “juízo compreensivo” de Machado em relação ao triângulo amoroso Brás-Virgília-Lobo Neves. Ele compreende a diferença de percepção que existe entre homens e mulheres na questão do amor adúltero: o homem ama a necessidade de ser admirado pela mulher, que não passa de um troféu a ser exibido; a mulher, por seu lado, não pode tornar público que ama um homem que não é seu, e por isso sofre duplamente: pela depreciação social a que fica sujeita e pela acusação que lhe fez o superego, por transgredir as normas societárias. Estabelece-se, então, a guerra entre a repressão e o desejo (FREITAS:2001,p. 96-97).

O objetivo preliminar deste estudo foi identificar em *Memórias póstumas* um possível confronto entre a moral de seus personagens - particularmente de seu protagonista - e alguns dos temas mais sensíveis que conformam a dogmática religiosa, tais como o pecado, a culpa, o sofrimento e o perdão.

Pelos motivos, razões e fundamentos expostos, o estudo buscou elementos que indicam a existência de um real confronto entre o texto literário e a pregação teológica, ou seja, um campo de tensão que desobriga os personagens a obedecerem aos ensinamentos religiosos, estejam eles contidos nos *Dez mandamentos* ou no *index dos Pecados capitais*.

O que Machado apresenta, como síntese da experiência de Brás, é um simples nada, terreno ou eterno, sem deus ou piedade, sem culpa ou necessidade de perdão.

Referências Bibliográficas

AGNUS DEI. *Novo catecismo da igreja católica*. Parte 2. Vaticano:1997. Disponível em: <www.veritatis.com.br>. Acesso em: 20 dez. 2005.

ALCARAZ, Rafael Camorlinga. *Mito literário e mito religioso*. In: RDE – Revista de Divulgação Cultural, ano 27, n. 86, mai/ago 2005. Blumenau: Fundação Universidade Regional de Blumenau – SC.

ASSIS, Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Obra Completa. Vol.1. Organizada por Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.

BOSI, Alfredo. *Machado de Assis: o enigma do olhar*. São Paulo: Ática, 2003.

BRANDÃO, Octavio. *O niilista Machado de Assis*. Rio de Janeiro, Organizações Simões, 1958.

BRESSANE ARAÚJO, Hugo. *O Aspecto religioso na obra de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Cruzada da Boa Imprensa, 1939.

CÂNDIDO, Antônio. “Dialética da Malandragem”. In: *O Discurso e a cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1993.

CONCEIÇÃO, Douglas Rodrigues da. *Fuga da promessa e nostalgia do divino*. Rio de Janeiro: Horizontal, 2004.

COUTINHO, Afrânio. *A filosofia de Machado de Assis e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1959.

DEZ MANDAMENTOS. Disponível em: <http://www.veritatis.com.br/_agnusdei/catpart3.htm>. Acesso em: 30 dez.2005.

DUFFY, Eamon. *Santos e pecadores: história dos papas*. Trad. Luiz Antônio Araújo. São Paulo: Cosac & Naify, 1998.

FAORO, Raymundo. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. 4. ed.rev. São Paulo: Globo, 2001.

FERRAZ, Salma. *Teopoética: los estudios literários sobre Dios*. In: RDE – Revista de Divulgação Cultural, ano 27, n. 86, mai/ago 2005. Blumenau: Fundação Universidade Regional de Blumenau – SC.

FREITAS, Luiz Alberto Pinheiro de. *Freud e Machado de Assis: uma interseção entre psicanálise e literatura*. 2. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

FREUD, Sigmund. *Escritores criativos e devaneio*. In: Pequena coleção das obras de Freud. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976.

GÊNESIS. In: *Bíblia do peregrino*. Organizada e comentada por Luís Alonso Schokel. São Paulo: Paulus, 2002.

- HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.
- KOTHE, Flávio. *O cânone imperial*. Brasília: UnB, 2000.
- KUSCHEL, Karl-Josef. *Os escritores e as escrituras*. Trad. Paulo Soethe. São Paulo: Loyola, 1999.
- LAPLANCHE, Jean. *Vocabulário de psicanálise*/ Laplanche e Pontalis; sob a direção de Daniel Lagache; trad. Pedro Tâmen. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MANOEL DA SILVA, Alessandro. *Os 7 pecados capitais e as 7 virtudes opostas*. Disponível em: <www.veritatis.com.br>. Acesso em: 20 dez. 2005.
- MANZATTO, Antonio. *Teologia e literatura*. São Paulo: Loyola, 1994.
- MOOG, Vianna. *Heróis da decadência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- PSIQWEB. *Transtornos primários do sono*. Disponível em: <<http://www.psiqweb.med.br/dsm/sono2.html>>. Acesso em: 10 jan. 2006.
- RATZINGER, J. *Compreender a igreja hoje: vocação para a comunhão*. Trad. D. Mateus Ramalho Rocha, 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- ROMERO, Sylvio. *Machado de Assis: estudo comparativo de literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1897.
- SARRE, Pablo Latapí. *La clave de la metáfora*. In: Revista Processo, 23 dez. 2001. México: 2001. Disponível em: <<http://www.proceso.com.mx/hemerotecaint.html?arv=126822>>. Acesso em: 17 dez. 2005.
- SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo*. São Paulo: duas Cidades; Ed. 34, 2000. (Coleção Espírito Crítico)
- _____. *Seqüências brasileiras: ensaios*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.
- VAMIREH, Chacon. *O humanismo brasileiro*. São Paulo: Summus; Secretaria da Cultura, 1980.
- WILLEMART, Philippe. *A pequena letra em teoria literária*. São Paulo: Anablume, 1997.
- ZABARENKO, Deborah. *Science escolhe teoria da evolução como fato científico de 2005*. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/reuters/2005/12/22/ult729u53001.jhtm>>. Acesso em: 22 dez. 2005.